

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.106 - SP (2018/0322334-2)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : RAFAEL AUGUSTO FREIRE FRANCO E OUTRO(S) - SP200273  
**AGRAVADO** : PAULO FRANCO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : LUIZ PAULO FRANCO - INVENTARIANTE  
**AGRAVADO** : ROBERTO APARECIDO FRANCO  
**AGRAVADO** : MARIA DE LOURDES FRANCO  
**ADVOGADOS** : DOMINGOS WELLINGTON MAZUCATO E OUTRO(S) - SP053850  
AUREA CORREIA DE ANDRADE - SP093657

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em 17/07/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"Embargos à execução de sentença - Desapropriação - Demora no pagamento do débito não pode beneficiar a Fazenda do Estado devedora - Prescrição intercorrente inexistente - Recursos não providos" (fl. 132e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 139/162e), os quais restaram acolhidos, sem efeitos modificativos, nos seguintes termos:

"Embargos de Declaração - Alegação de omissão no tocante à prescrição e da necessidade de expedição de novo precatório - Embargos parcialmente acolhidos" (fl. 167e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos artigos: a) 535, II, do CPC/73, pois, não obstante a oposição dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem deixou de analisar a prescrição total, tendo se limitado à análise da prescrição intercorrente; b) 1º do Decreto 20.910/32, sob a tese de que, "*in casu*, o credor promoveu a execução dos valores que entendia devidos em 26 de maio de 2006 (data da efetivação da citação), mais de cinco anos após a data do último pagamento efetuado pela Fazenda Estadual" (fls. 208/209e), de modo que, "na data em que se operou a citação da Fazenda Estadual, a prescrição já havia se consumado" (fl. 209e).

Por fim, requer o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 246/251e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 272/273e), foi interposto o presente Agravo (fls. 294/305e).

Contraminuta a fls. 314/318e.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Cabe destacar que a tese de que "na data em que se operou a citação da Fazenda Estadual, a prescrição já havia se consumado" (fl. 209e), relativa à "prescrição total" (fl. 204e), não foi objeto das razões da Apelação, em 2º Grau, somente tendo sido suscitada pela recorrente nos Embargos de Declaração, em indevida inovação recursal. Assim, ante a falta de prequestionamento, incide, na hipótese, o óbice da Súmula 211/STJ.

Além disso, acerca da prescrição intercorrente, constou do acórdão recorrido:

"Se a Fazenda do Estado descumpriu o prazo legal para o pagamento que deveria ter sido saldado de uma só vez e há muito tempo, é evidente que não se pode cogitar de prescrição intercorrente.

(...)

Assim, se contumácia houve, é de ser creditada à Apelante, que não pagou o que era devido.

Não podem os Apelados arcar com o ônus da demora, sendo-lhes tolhido o direito de pleito à justa indenização pela desapropriação.

Vale ressaltar que a prescrição intercorrente em relação aos expropriados já foi afastada por esta Corte no julgamento da Apelação Cível nº 994.09.232947-6:

(...) (fls. 135/136e).

Assim, a reversão do entendimento adotado pela Corte **a quo**, demandaria, necessariamente, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

